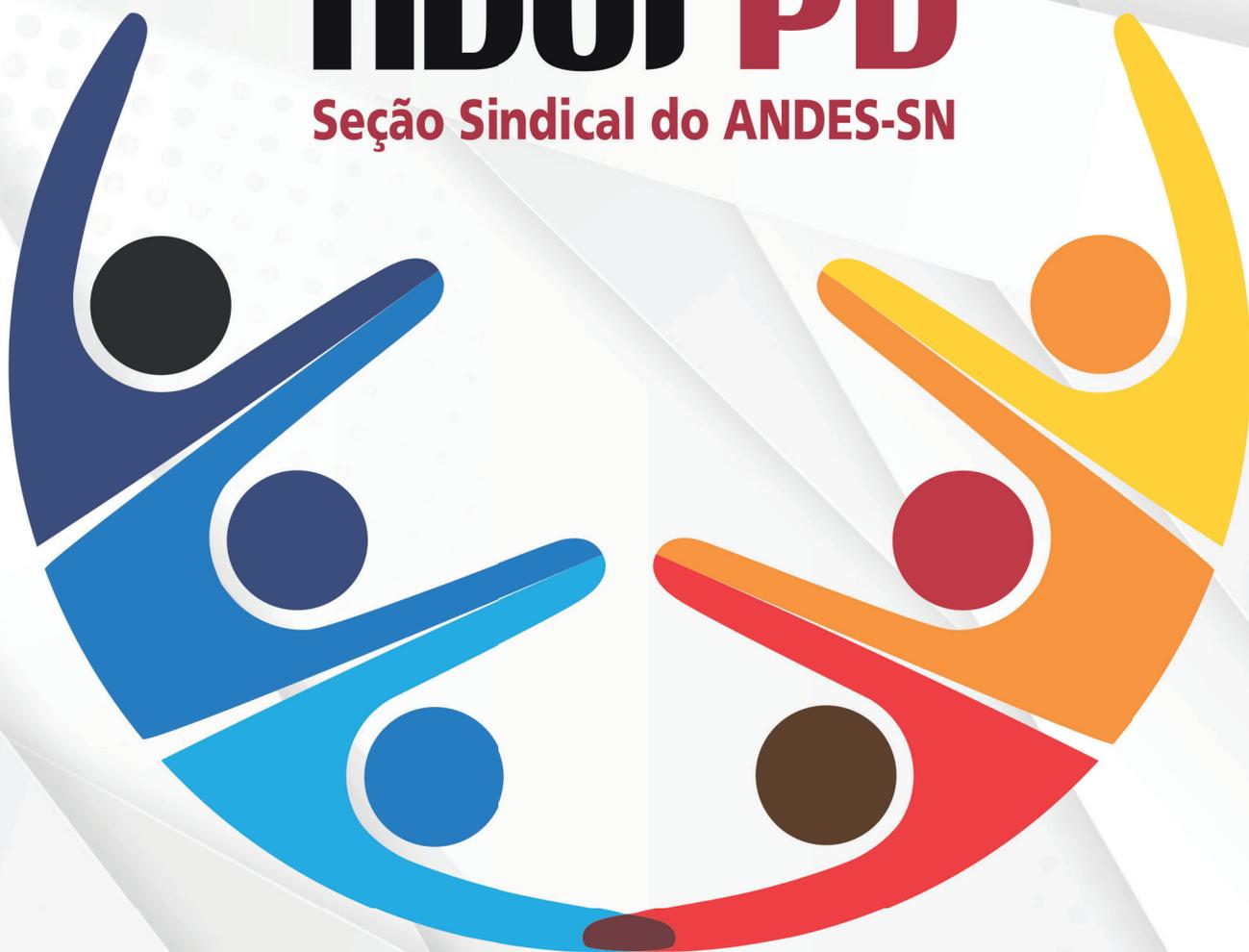


ADUFPB

Seção Sindical do ANDES-SN



I FÓRUM DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA DIRETORIA DA ADUFPB

2023

I Fórum de Planejamento Estratégico da ADUFPB

Convento Ipuarana (Lagoa Seca-PB)

25 a 27/01/2023

**34ª DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB
GESTÃO 2022/2024**

Presidente
Cristiano Bonneau

Vice-Presidente
Lenilma Bento de Araújo Meneses

Secretário Geral
Fernando José de Paula Cunha

Tesoureiro
Edson Franco de Moraes

Diretora de Política Educacional e Científica
Maria Ivete Martins Correia

Diretora de Política Social
Anita Leocádia Pereira dos Santos

Diretor Cultural
Carlos Anísio de Oliveira e Silva

Diretora de Divulgação e Comunicação
Sandra Amélia Luna C. de Azevedo

Diretora de Política Sindical
Valdenilza Ferreira da Silva

Diretora para Assuntos de Aposentadoria
Rita de Cássia Cavalcanti Porto

Suplente da Secretaria Geral
Mabel de Barros Batista

Suplente da Tesouraria
Marta Maria Diniz Cordeiro

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia
Saulo Cabral Gondim

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia
José Ferreira da Costa Filho

Diretor da Secretaria-Adjunta de Bananeiras
Gabriel de Medeiros Lima

Suplente da Secretaria-Adjunta de Bananeiras
Iranice Gonçalves Muniz

Diretor da Secretaria-Adjunta do Litoral Norte
Baltazar Macaíba de Sousa

Suplente da Secretaria-Adjunta do Litoral Norte
Paulo Roberto Palhano

**Esta revista é uma publicação da Ascom/
ADUFPB a partir de material produzido e
fornecido pela Comissão Organizadora do I
Forum Estratégico da Diretoria da ADUFPB.**

■ **Comissão Organizadora:**

Professoras Ivete Martins, Mabel Batista
e Lenilma Bento.

■ **Fotos:** Maurício Melo

■ **Edição e revisão dos artigos:** Sheila Raposo

■ **Projeto gráfico e diagramação:** Ricardo Araújo.



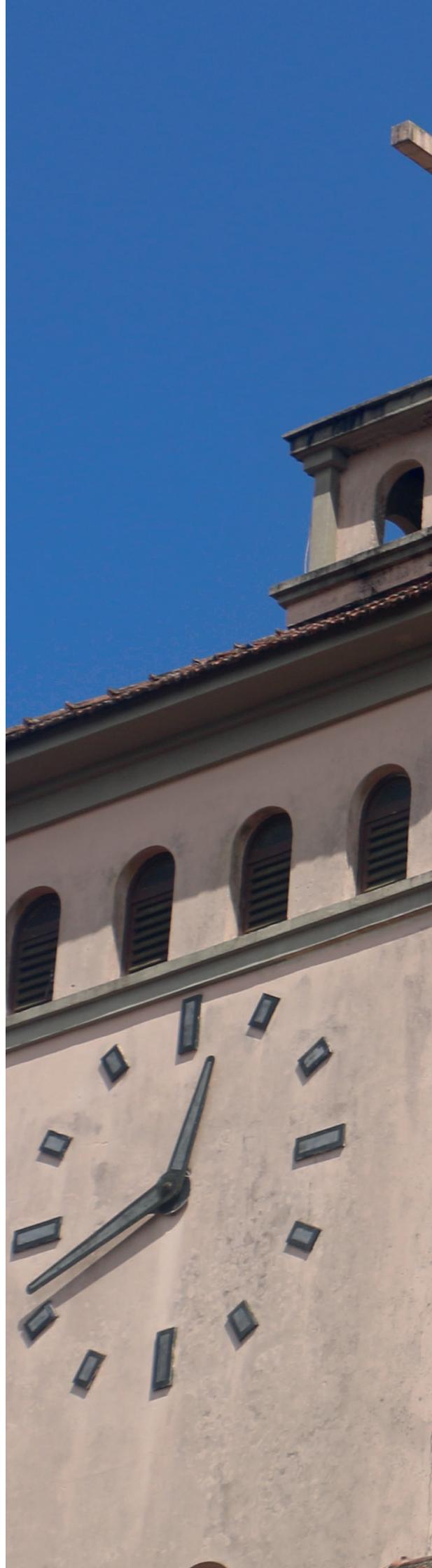
Convento Ipuarana - Lagoa Seca (PB)

DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO, SINDICALISMO E PLANEJAMENTO

Entre os dias 25 e 27 de janeiro deste ano, no Convento Ipuarana (Lagoa Seca-PB), a ADUFPB realizou o I Fórum de Planejamento Estratégico da sua diretoria. Com carga horária de 20 horas, o evento contou com a participação de diretores/as (titulares e suplentes), secretários/as adjuntos/as (titulares e suplentes), do presidente do Conselho de Representantes e de um assessor de comunicação da ADUFPB.

O fórum seguiu os eixos estratégicos que contemplam as demandas sindicais na realidade atual, a saber: Democracia, Educação, Sindicalismo e Planejamento. A comissão organizadora, formada pelas professoras Lenilma Bento de Araújo Menezes, Mabel de Barros Batista e Maria Ivete Martins Correia, decidiu realizar o evento em ambiente externo ao sindicato para manter o foco do grupo nos objetivos traçados.

Neste documento, a ADUFPB torna públicas as falas dos participantes, aqui transformadas em artigos. Tal registro se faz necessário não somente para a memória do sindicato, mas para fomentar futuras discussões sobre os temas abordados.





SUMÁRIO

CRISTIANO BONNEAU

DESAFIOS À MANUTENÇÃO DO
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

CIDA RAMOS

SOBERANIA E DEMOCRACIA NA
PAUTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

JALDES MENESES

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
DA CONSCIÊNCIA COLETIVA

SWAMY SOARES

EDUCAÇÃO NA ATUAL CONJUNTURA

IVETE MARTINS

MEDIDAS EMERGENCIAIS DO
GOVERNO LULA PARA A EDUCAÇÃO

FERNANDO CUNHA

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO
PÚBLICA SUPERIOR

MARCELO SITCOVSKY

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA SUPERIOR

JONAS DUARTE

CONJUNTURA ATUAL, LUTA IDENTITÁRIA,
RESISTÊNCIA E SINDICALISMO

EDSON FRANCO

ADUFPB E O ENFRENTAMENTO
DA INTERVENTORIA NA UFPB

SAULO MACIEL

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO
DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



DESAFIOS À MANUTENÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

CRISTIANO BONNEAU

Presidente da ADUFPB

Os desafios à manutenção do estado democrático de direito requerem um posicionamento decisivo dos docentes e dos sindicatos na construção da democracia. Posições extremistas atravessaram os últimos quatro anos e levaram aos acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023, revelando a inexistência de um sujeito ponderado. É preciso desenvolver uma cultura de autocontrole e avançar no sentido de fortalecer a democracia. O grande desafio

é construir o ser ponderado, investindo na formação de um sujeito capacitado para viver numa sociedade democrática. Qual a formação capaz de construí-lo? Certamente, não será com violência na linguagem e nas ações pelas redes sociais. Cabe aos docentes e aos sindicatos combater o extremismo, o radicalismo e o fascismo na luta pela construção/fortalecimento de uma sociedade democrática. A violência não venceu, vencemos nós!

SOBERANIA E DEMOCRACIA NA PAUTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CIDA RAMOS

Deputada Estadual

A realização de um evento como o I Fórum de Planejamento Estratégico da ADUFPB é importante para que a entidade discuta, elabore e oriente a gestão. A eleição de Lula foi uma grande vitória política. Ela nos livrou, momentaneamente, da possibilidade de o Brasil se tornar um Estado fascista. Bolsonaro avançou em muitos aspectos: passou a ter domínio sobre parte das Forças Armadas, do parlamento, do judiciário, das universidades — e estava em vias de ter o controle do Supremo Tribunal Federal (STF). Qual era o objetivo de Bolsonaro? De forma simplificada, ganhar a eleição.

A vitória de Lula representou a demarcação da história contemporânea brasileira. Lula amalgamou as instituições em defesa da democracia. Bolsonaro queria, com a vitória eleitoral, mudar o sistema e as instituições. O golpe era o plano B, sempre foi um instrumento para tensionar os poderes, as instituições e a sociedade. A vitória do fascismo no Brasil representaria uma derrota fatal à democracia. E, certamente, o sindicato não estaria aqui hoje. Partidos progressistas, sindicatos e movimentos sociais viveriam um processo de semilegalidade. Poderíamos chegar até, quem sabe, uma ditadura. Ou seja, pulamos uma fogueira. Graças ao grande Nordeste brasileiro, a vitória veio pelo voto dos pobres,

negros, indígenas, mulheres, quilombolas, jovens, LGBTQIA+, intelectuais, PCDs — enfim, dos que não conseguiram ecoar suas vozes e que formam este Brasil popular.

Merece atenção o fato de que parte considerável dos servidores públicos federais, de forma paradoxal, apoiou Bolsonaro, mesmo perseguidos, sem condições de trabalho e sem reajuste salarial. Essa parcela da categoria merece a nossa atenção! Não se tratou apenas de enfrentar um líder “carismático”, mas uma ideologia. A disputa foi — e é — política, entre dois gigantes com apelo popular e capacidade de neutralizar os partidos de centro-direita, cujos candidatos se dissolveram no processo. Lula foi eleito em uma frente ampla, com interesses e objetivos distintos, e contou com apoio de parte do centro conservador brasileiro (imprensa, burguesia financeira, setores mais internacionalizados que defendem os interesses dos EUA, elite de São Paulo e alguns poucos do agronegócio). Essa representação de centro-direita que apoiou Lula afastou Bolsonaro do jogo eleitoral — mas não quer prendê-lo, não quer que ele pague pelos crimes cometidos; quer apenas cassar os seus direitos políticos e evitar que ele volte ao jogo, tirando-o do play da primeira divisão. Isso não significa seu enfraquecimento imediato.



“Há muito a fazer, mas nada a temer!
Vamos construir um amanhã
bem melhor que o hoje!”

Hoje, o bolsonarismo não depende apenas das ações de Bolsonaro ou do seu núcleo duro. Esse fenômeno político estará sujeito, também, aos rumos do atual governo. Com base na análise positiva de menos de dois meses de gestão do governo Lula, já se vislumbra um caminho para a superação da ideologia fascista. Mas o governo deve reconhecer o Nordeste, ao tempo que setores de centro-direita usam a reserva bolsonarista para tensioná-lo, na tentativa de se manter em cena e perpetuar seus interesses.

Como as elites se posicionarão frente ao governo Lula? Fazendo apoio crítico e oposição à sua política econômica. Querem

um governo de transição, um só mandato, para retomar o poder. Temos uma democracia frágil, que precisa ser vigiada, protegida, fortalecida. As universidades, produtoras da ciência e da tecnologia e disseminadoras do conhecimento, sofreram muitos ataques os últimos quatro anos. Precisamos articular a mediação das pautas da educação superior com as lutas mais gerais por soberania e democracia, além de questões sobre economia, distribuição de renda, justiça social, fortalecimento das políticas públicas, defesa do meio ambiente, lutas antirraciais. Há muito a fazer, mas nada a temer! Vamos construir um amanhã bem melhor que o hoje!



AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA COLETIVA

JALDES REIS DE MENESES

Professor do Departamento de História da UFPB

A análise de conjuntura do Brasil atual requer conexões, links e totalizações para a compreensão do tecido político e social, considerando também o contexto internacional. O método implica ver-agir-analisar-julgar. É importante olhar a estrutura política e estabelecer teias para um bom exame das circunstâncias.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a democracia brasileira é um grande mal-entendido, pois a sociedade civil é contra a nação. Em resgate histórico sobre as eleições no país, dos anos 1940 aos dias de hoje, constata-se que a ideia de golpe é mais regra do que exceção, no Brasil republicano. O golpe está no DNA da nossa história como república. Ao longo dessa trajetória, o brasileiro assume perfis diversos (homem cordial, conforme Sergio Buarque de Holanda; senhor-cidadão, de acordo com Florestan Fernandes; e, atualmente, cidadão de bem — carteira verde e amarela).

Hoje, há que considerar o redimensionamento geopolítico do Brasil e do mundo. É algo que coloca o país no epicentro das decisões no Hemisfério Sul e abre novas perspectivas e conexões. A questão regional tem que ser contemplada em todos os âmbitos: econômico, educacional, cultural e sanitário, entre outros. A eleição de Lula foi “a eleição do século”, e deu espaço a pautas regionais, da natureza, de fronteiras, de extrativismo, de apoio internacional, de arranjos das classes

sociais — questões que só serão respondidas no andamento histórico-político da reorganização em curso, na qual os sindicatos têm um lugar importante.

O grande apoio internacional para a vitória da esquerda foi um fato inédito, que certamente influenciará nas novas configurações e na realocização das elites. O golpe só não aconteceu porque Bolsonaro tornou-se disfuncional, a partir dos desacertos ao longo do seu mandato, e porque sua candidatura não encontrou apoio internacional, nem tampouco de parte das mídias e da elite econômica nacional. Em relação às Forças Armadas, elas hoje são um conjunto cindido entre posições conservadoras e progressistas.

O Nordeste e parte do Sudeste tiveram papel crucial na unificação do Brasil, para que obtivéssemos a vitória e os sindicatos não viessem a cair na clandestinidade. A vitória de Lula tem a ver com um reposicionamento regional, nacional e internacional, com a sustentabilidade planetária, com a vida da natureza.

Enquanto categoria docente, temos algum tipo de privilégio em relação aos demais. Por isso, as universidades e a intelectualidade que deram a vitória a Lula — sobretudo, no Nordeste — têm o papel de fomentar ações para o desenvolvimento da consciência coletiva, da organização social, da cultura de paz e dos direitos igualitários.



“A vitória de Lula tem a ver com um reposicionamento regional, nacional e internacional, com a sustentabilidade planetária, com a vida da natureza.”



EDUCAÇÃO NA ATUAL CONJUNTURA

SWAMY DE PAULA LIMA SOARES

Coordenador do Conselho de Representantes da ADUFPB

A análise da conjuntura atual requer uma reflexão sobre o passado recente, a partir do impacto negativo das medidas do governo Temer, principalmente no que se refere à Reforma do Ensino Médio e à nova Base Nacional Curricular, que atendem aos interesses de mercado, em detrimento de uma formação humanística integral. O governo Bolsonaro desmontou a educação, tanto por omissão quanto pela inexecução dos seus projetos, que não lograram êxito por falta de políticas de capacitação de professores, material escolar, alimentação, ausência de pessoas qualificadas para assumir os cargos e drásticos cortes de verbas. A sobrevivência mínima do MEC só foi possível pela atuação dos funcionários de carreira, apesar das desastrosas escolhas dos ministros olavistas, com seus projetos conservadores e suas pautas morais. Dentre esses projetos, podemos citar Escola Sem Partido, Future-se e Homeschooling.

A incompetência da equipe de Bolso-

naro e a falta de investimentos na educação pública provocaram retrocessos nas instituições de ensino. Não bastasse esse desastre, a autonomia e a liberdade de cátedra nas IFEs foram fortemente atingidas, ferindo os ditames da Constituição Cidadã de 1988. Ante a inanição orçamentária, a intervenção universitária (quebra de tradição) e o desmonte por incompetência e por desmantelamento de quadros, a educação superior tentou ser uma exceção à regra. Apesar da omissão do governo federal ao desafio da pandemia, a educação brasileira se reinventou, migrando da sua presencialidade histórica para o ensino remoto, quebrando paradigmas.

O servidor público salvou o MEC! Resta-nos a seguinte indagação: quais são as forças políticas atuais que irão remontar a educação? A correlação de forças no MEC, o papel dos sindicatos e a sua importância na luta pela democracia são fundamentais para o realinhamento do sistema educacional brasileiro.



“Apesar da omissão do governo federal ao desafio da pandemia, a educação brasileira se reinventou, migrando da sua presencialidade histórica para o ensino remoto, quebrando paradigmas.”



MEDIDAS EMERGENCIAIS DO GOVERNO LULA PARA A EDUCAÇÃO

MARIA IVETE MARTINS CORREIA

Diretora de Política Educacional e Científica

No governo Bolsonaro (2019/2022), a política da educação foi tratada como instrumento de guerra cultural e de aparelhamento ideológico, resultando em crise generalizada na oferta de serviços públicos educacionais. O MEC e suas autarquias sofreram retrocessos institucionais, orçamentários e normativos, inépcia na escolha de ministros, falta de planejamento, descontinuidade de políticas relevantes, incapacidade de execução orçamentária e omissões perante os desafios educacionais — destacadamente, no período da pandemia. Face a esse quadro, a equipe de transição governamental elaborou dez medidas emergenciais para reverter o desmonte das políticas públicas na área da educação. Em síntese, elas podem ser visualizadas nas seguintes formulações:

❖ **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR** – Recurso proveniente do FNDE para o PNAE. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome. De 2017 a 2022, o repasse do governo federal aos municípios não foi reajustado. O PNAE foi praticamente desmontado, e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) foi extinto. Em 15 de dezembro de 2022, o Congresso derrubou o veto de Bolsonaro ao aumento do repasse para a merenda, elevando os valores de R\$ 0,22 para R\$ 0,36, aluno-dia, no ensino fundamental e médio; R\$ 0,53, na pré-escola; e R\$ 1,07, no ensino integral. Na realidade, a merenda cai em quantidade e em qualidade. A fome em crianças de até 10 anos de idade dobrou. Mesmo com a derrubada do veto de Bolsonaro pelo Congresso, o recurso de 5,5 bilhões, continua insuficiente. O Observatório da Alimentação Escolar estima que seriam necessários R\$ 7,9 bilhões para recompor a oferta de merenda digna para os estudantes. Mesmo antes de assumir o governo, Lula to-

mou a iniciativa de agregar R\$ 150,00 por criança até 6 anos ao Bolsa Família.

❖ **RECUPERAÇÃO DO APRENDIZADO PÓS-PANDEMIA** – Segundo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), alunos em nível de alfabetização foram os mais prejudicados pela pandemia. Trabalho publicado pelo Jornal O Globo, em setembro de 2022, revela que a parcela de crianças que não sabem ler e escrever ao fim do 2º ano do ensino fundamental aumentou de 15%, em 2019, para 34%, em 2021. Mas não basta mapear percentuais. A equipe de transição propõe a criação de uma coordenação nacional para a recuperação do aprendizado após o longo período de fechamento das escolas durante a pandemia de covid-19, com a responsabilidade de montar um sistema nacional de recuperação da aprendizagem, esforço praticamente inexistente no governo Bolsonaro.



“Cabe à educação a delicada tarefa de promover a coesão social e de fazer com que a produtividade do trabalho cresça, para se alcançar um nível de desenvolvimento sustentável no longo prazo.”



❖ **ENSINO MÉDIO E NOVO ENEM** – MP 746 de 2016, Lei federal 13.415 (16/02/2017). Instituída no governo de Michel Temer por Medida Provisória, e imposta às bases em função dos interesses do capital, a reforma amplia a carga horária de quatro para cinco horas diárias. A formação tem um ciclo básico obrigatório, seguido do itinerário formativo, a ser escolhido pelo aluno. A escolha do itinerário ganhou a adesão de 92% dos alunos. Porém, pela não definição de diretrizes claras de como implantar esta parte diversificada em um país tão grande e tão desigual, gerou polêmica na equipe de transição. Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas educacionais (CEIPE/FGV), é partidária do aperfeiçoamento; Francisco Soares, ex-presidente do Inep e professor da UFMG, acha que a falta de unidade no ensino médio gera sérios desafios para o Enem; Heleno Araújo, da Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), defende a revogação. Quem vai decidir é o novo ministro da Educação. O Enem é daqui a pouco, e o Inep precisa ter as matrizes para a elaboração das provas. Essa questão ultrapassa o âmbito da educação, tornando-se uma questão social, que envolve o futuro dos filhos de milhões de famílias brasileiras. Está posta a urgência na solução do impasse, tendo em vista que a prova do Enem precisa contemplar todos, e as redes estaduais têm dificuldade para implementar itinerários formativos diversos a partir de diretrizes genéricas, sem clareza, sem especificidade.

❖ **COMPRA DE LIVROS DIDÁTICOS** – O professor Heleno Araújo (CNTE) declarou, na equipe de transição, que o governo Bolsonaro não fez a compra de grande parte do material de alfabetização, ensino fundamental, recuperação da aprendizagem, obras literárias e formação dos professores para 2023, que tem de ser feito no ano anterior, para que as editoras

produzam em tempo de disponibilizar no início das aulas.

❖ **PRIMEIRA INFÂNCIA, UMA ABORDAGEM INTERSETORIAL** – Segundo o Instituto Rui Barbosa, ligado ao Tribunal de Contas de cada estado, para cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil precisaria criar 3,4 milhões de vagas na educação infantil, sem contar com mais de 650 mil crianças evadidas deste segmento educacional, entre 2019 e 2021, em razão da pandemia. Cláudia Costin postula que, a exemplo do Chile, o Brasil adote uma política intersetorial, envolvendo as pastas da Saúde, Educação e Assistência Social, com atenção à gestante, visita domiciliar pelos agentes de saúde, aleitamento materno exclusivo até seis meses, ampliação do período de licença para mães e pais, e orientação para a formação de vínculos afetivos, para minimizar o risco de sobrecarga à creche e à pré-escola — que, tentando compensar a omissão da família, põem em risco a qualidade do ensino infantil, prejudicando, inclusive, a capacidade de aprendizagem da criança.

❖ **ALFABETIZAÇÃO** – A Política Nacional de Alfabetização do governo Bolsonaro adotou o método fônico, em detrimento da abordagem global construtivista, que delega protagonismo à criança no ato de conhecer. Segundo Cláudia Costin, é preciso que os sistemas educacionais superem suas visões românticas sobre a alfabetização — algo que, na prática, não funciona. Não temos rigor nem solidez no cumprimento de metas, prazos e investimento em capacitação, além de carecermos de um projeto de alfabetização consistente, fundado em bases científicas.

❖ **VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR** – Censo divulgado pelo Inep demonstra que, de cada

dez professores formados no Brasil, em 2020, seis realizaram a formação em licenciatura a distância (modalidade que já supera os cursos presenciais), sendo insuficiente, em termos de competências. O acesso à profissão, em qualquer nível de ensino, deve ser via concurso, com dedicação exclusiva e dignamente remunerado, ante a complexidade das atividades de ensino, extraclasse, de planejamento e de atendimento ao aluno, além da necessidade de formação contínua do professor. O Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tem, como meta nº 6, oferecer educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas — no entanto, a um ano de expiração do decênio, esta é uma meta distante. O Estado de Pernambuco é modelo na expansão do ensino integral para todo o Brasil.

❖ **PARTICIPAÇÃO SOCIAL** – A equipe de transição considera importante recuperar o protagonismo das instâncias coletivas na definição de políticas educacionais (comitês, comissões, conselhos consultivos e deliberativos, de supervisão e de avaliação da educação), otimizando o seu funcionamento. O grupo que trabalhou na transição pede a revogação da Portaria 577, de 27 de abril de 2017, que revogou portarias anteriores sobre a composição do Fórum Nacional de Educação, dissolvendo seu colegiado. O Fórum Nacional de Educação, que coordenava as conferências de educação dos estados e municípios, com a participação efetiva de

professores, gestores e dirigentes das secretarias de educação, e indicava as matrizes para o Plano Nacional de Educação, continua seu trabalho como Fórum Nacional Popular de Educação, que reúne 46 entidades do campo educacional sob a liderança dos professores Heleno Araújo e Luiz Fernandes Dourado.

❖ **RETOMADA DA INCLUSÃO NAS UNIVERSIDADES** – No ensino superior, os desafios passam pela recomposição do orçamento, pelo fim da guerra ideológica que permeou as relações entre o MEC e as universidades, pela retomada das políticas de inclusão e pela recuperação da dignidade do ensino superior público, rechaçado na gestão de Bolsonaro. O número de inscritos no Enem caiu de 8,6 milhões, em 2016, para apenas 3,4 milhões, em 2022. A partir de 2019, diminuíram as vagas para o Fies e o Prouni.

❖ **REVISÃO DOS VALORES DAS BOLSAS DE PESQUISA (CAPES E CNPQ/MCT)** – A concessão de bolsas para pesquisa caiu consideravelmente na gestão de Bolsonaro. Desde 2013, as bolsas para a pesquisa não são reajustadas, mas é nas universidades que 90% das pesquisas brasileiras se realizam. Paga-se, atualmente, R\$ 1.500,00 para mestrado e R\$ 2.200,00 para doutorado, quando os valores atualizados deveriam estar em R\$ 2.600,00 e R\$ 3.800,00, respectivamente. O presidente Lula proclama que irá considerar os gastos em educação como investimentos.

Cabe à educação a delicada tarefa de promover a coesão social e de fazer com que a produtividade do trabalho (que, no Brasil, está estagnada a um nível baixíssimo) cresça, para se alcançar um nível de desenvolvimento sustentável no longo prazo. Nesta tarefa, os sindicatos têm a responsabilidade de proclamar os direitos das categorias que representam, denunciar as omissões, acompanhar a elaboração e a implementação das políticas públicas direcionadas aos seus filiados e lutar por suas causas, à luz da sua missão e dos ditames da Carta Constitucional.

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR

FERNANDO DE PAULA CUNHA

Secretário Geral da ADUFPB

Pensar o momento educacional brasileiro implica situar o contexto político em que se inscreve a educação. Nesse sentido, a eleição que deu a vitória a Lula se constituiu o principal acontecimento histórico dos últimos 50 anos. A expressão da vontade popular derrotou o ex-presidente — que tinha nas mãos o aparato governamental, parte do empresariado conservador e as Forças Armadas —, fazendo valer a democracia no Brasil.

Bolsonaro operou contingenciamentos drásticos em áreas prioritárias, que dizem respeito à condição humana (saúde, educação, assistência social e alimentação). No âmbito da educação, assistimos à negação da ciência e da tecnologia; ao desmonte de verbas para áreas essenciais da pesquisa; ao ataque aberto à produção do conhecimento; a substituições sucessivas de ministros sem perfil para o cargo, com escândalos de corrupção; à forte ideologização da política educacional (vide Escola Sem Partido, ataque à liberdade de cátedra, desqualificação de determinadas áreas científicas, como sociologia, filosofia e história, entre outras); ao fundamentalismo religioso; à militarização da educação; ao homescholling; à mercantilização do ensino médio; ao corte da merenda escolar; ao desmonte de políticas de formação de professores (da alfabetização ao ensino superior); e ao desmonte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (Capes), atingindo os programas de pós-graduação.

Face à concepção elitista do governo Bolsonaro, de que as universidades são para poucos, o ensino superior foi duramente atingido pela severa política de ajuste fiscal, em todos os segmentos, inclusive aqueles constitucionalmente consagrados como funções de Estado. Além disso, o governo incentivou a privatização da educação e desrespeitou o processo democrático de escolha de reitores, ao instituir a intervenção em 22 instituições de ensino superior. Essa situação se agravou ainda mais com a pandemia, forçando mudanças bruscas no processo de ensino-aprendizagem, exigindo, à luz da ciência, a suspensão das atividades presenciais e a introdução de um formato remoto (plataformização), sem capacitação e infraestrutura para o enfrentamento dos desafios decorrentes dessa nova modalidade de ensino. Esse é o dramático quadro educacional que o governo Lula tem a enfrentar. Além disto, existem disputas dentro do próprio governo, em razão da correlação de forças na Câmara e no Senado.

Os sindicatos, no âmbito das instituições públicas de ensino superior, técnico e profissional, que há mais de 40 anos vêm lutando pela qualidade da educação, pelos direitos dos trabalhadores, pela carreira do-



“O nosso grande desafio durante o governo Lula
é garantir que as universidades cumpram
o seu papel social!”

cente e pela liberdade de cátedra, autonomia e democracia universitária, também sofreram perseguições e retaliações desse governo — que passou a negociar com sindicatos de instituições particulares de ensino, repartindo, com estes, os fundos públicos. Logo, é imperativo que os sindicatos, juntamente com o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), exijam que estas pautas sejam incorporadas na dis-

puta política, com destaques para a alteração na legislação que trata da intervenção nas instituições de ensino superior públicas, retomada dos programas de expansão das Universidades Públicas e reajuste salarial dos profissionais da educação, com recomposição das perdas salariais. O nosso grande desafio durante o governo Lula é garantir que as universidades cumpram o seu papel social!

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR

MARCELO SITCOVSKY SANTOS PEREIRA

Vice-diretor do CCHLA - UFPB

O Fórum de Planejamento Estratégico da ADUFPB é um evento importante para refletir sobre o papel do sindicato em relação à situação da universidade pública e às pautas atuais no âmbito da educação. Enfrentamos, nos últimos anos, muitas derrotas, como as reformas Trabalhista e Previdenciária, a Emenda Constitucional nº 95 (EC95) — conhecida como Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos; tivemos perdas de garantia de financiamento e de condições de trabalho de professores, técnicos e estudantes das instituições públicas; e assistimos à extrema direita perversa no centro do poder, com práticas neofacistas.

Nessa difícil conjuntura, podemos destacar os ataques à liberdade democrática, ao trabalho do povo brasileiro e às universidades, associados à política da morte (pandemia da covid-19) e às recentes ofensivas à sede dos Três Poderes. Essa análise não se esgota no ensino público superior. Aglutina, também, lutas e reivindicações que envolvem o técnico profissional e a histórica luta de transformação da Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba (EEBAS) em Colégio de Aplicação, sob a égide de um reitor não eleito pela comunidade acadêmica, que toma para si os louros dessa conquista.

Na análise do custeio da educação pública da UFPB (quatro campi, 17 centros e muitos cur-

sos de graduação, pós-graduação, técnico profissional e ensino fundamental comprometidos com o contexto social, ensino, pesquisa e extensão e produção científica), fica evidente a necessidade de luta constante para reaver um financiamento compatível com todas as responsabilidades que nossa instituição abarca. Nos últimos anos, houve a retomada de práticas que se consolidaram na América Latina e no Caribe, provocando uma regressão aos anos 1990! Vivenciamos o verdadeiro abandono e a destruição dos projetos de expansão das universidades e institutos federais, bem como tentativas de mercantilização da educação, principalmente o ensino superior. Como consequência, estamos assistindo ao esvaziamento do espaço universitário.

Pelo Censo 2021, a rede privada tem 2.261 instituições de ensino superior no Brasil (87,8 %), contra 313 instituições públicas de ensino (12,2%) das instituições. Nesse mesmo ano, 76,9% do ensino superior ocorreu no ensino privado. A crise sanitária provocada pela pandemia agravou os dados de evasão e de retenção. A falta de prioridade na destinação de recursos para as instituições federais (intencional) e os cortes feitos por Bolsonaro levaram a uma perda de 54,66% da dotação, se compararmos o orçamento de 2015 (R\$ 12 bilhões) ao de 2022 (R\$ 5,4 bilhões). Na Paraíba, neste mesmo espaço temporal, as



“Vivenciamos o verdadeiro abandono e a destruição dos projetos de expansão das universidades e institutos federais”

perdas orçamentárias chegaram a 53, 51% (valores corrigidos pelo IPCA). E, ainda, analisando o orçamento discricionário da UFPB e da UFCG, chegamos a um resultado assustador: em 2015, ambas receberam, juntas, R\$ 465 milhões; em 2022, a previsão, antes mesmo dos cortes, era de R\$ 216 milhões.

Em particular, a UFPB vem sentido, ao longo desses anos de desmonte da educação superior, grandes perdas orçamentárias. Elas são identificadas tanto nas condições de trabalho em sala de aula e laboratórios quanto na estrutura física (temos 33 obras paradas), entre tantas outras perdas. Nesse contexto, podemos também destacar as perdas salariais e os processos de furto de instruções normativas, que têm revelado grandes obstáculos para os docentes nas suas progressões, promoções funcionais e insalubri-

dade. O orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a educação, referente a 2023, nem excede o de anos anteriores nem contempla recursos suficientes para a reestruturação das condições de trabalho e a recomposição das perdas salariais dos docentes.

O que temos previsto para o ano que se inicia, do ponto de vista orçamentário? Com o novo governo, a previsão será de R\$ 5,345 trilhões, sendo 50% desse montante destinado ao pagamento da dívida. A UFPB (quinto ou sexto maior orçamento das federais) poderá receber R\$ 1,8 bilhão, dos quais apenas R\$ 129 milhões são para manutenção e investimentos, obras paradas e reposição de equipamentos. Logo, a luta pela ampliação de verbas é nossa pauta primordial, assim como autonomia e democracia universitária!

CONJUNTURA ATUAL, LUTA IDENTITÁRIA, RESISTÊNCIA E SINDICALISMO

JOSÉ JONAS DUARTE DA COSTA

Professor do Departamento de História da UFPB

Uma leitura do momento atual considera que a eleição que deu vitória a Lula foi a maior conquista da história do Brasil nos últimos tempos, além de um grande acontecimento no contexto mundial. A conjuntura brasileira não pode ser analisada à revelia da global. Não apenas o Brasil, mas o mundo está em transição desde a Primeira Guerra Mundial, com o declínio britânico. A Segunda Guerra ensejou a ascensão dos Estados Unidos, com a anuência do Banco Mundial, e inaugurou um período de controle absoluto sobre o mundo, exacerbado com a dissolução da União Soviética, em dezembro de 1991, e declinando nos anos 2000, com a ascensão da China. Previsões apontam que, em 2035, China, Índia e Indonésia, todas no continente asiático, serão as maiores economias. Uma ordem hierarquizada unipolar dará lugar a uma ordem multipolar, em que as nações surgem com poder, porque a relação da Ásia com o mundo é diferente da relação dos EUA e da Europa com as Américas. Em relação aos Estados Unidos e à Europa, éramos colônias.

Atualmente, emergimos como liderança do Sul global, entre os demais países latino-americanos, outrora atingidos pela mancha da escravidão imposta pelo imperialismo inglês e americano. Foi um longo e doloroso caminho até Getúlio Vargas, com a criação da

indústria de base, razão da sua queda pela hegemonia imperialista. O mundo capitalista impossibilita os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos de crescerem, à exceção da Coreia do Sul. A ascensão das esquerdas inaugura uma transição, cujo contexto enseja uma mudança na base da nossa economia, de uma indústria que polui e destrói o meio ambiente para uma economia e uma agricultura necessariamente limpas e serviços ambientalmente sustentáveis. Os limites físicos do planeta exigem essa mudança.

O Brasil está no centro dessa transição, tendo o agronegócio como setor da burguesia mais conservadora e de maior acumulação de capital, submetendo os negros, os pobres, os homossexuais e as mulheres. O que a eleição de Lula significa? Significa uma vitória das forças identitariamente subalternas, que apontam uma perspectiva de sustentabilidade, de equidade e de visibilidade dos diversos atores sociais historicamente marginalizados. Líder global do Sul, o Brasil se sobressai como protagonista na nova ordem ambiental internacional.

Qual o papel da universidade no atual quadro socioeconômico e político brasileiro? Somos a vanguarda da vanguarda, dominamos a ciência e a tecnologia. Temos condições de interpretar a sociedade. Nossa ação



“Qual o papel da universidade no atual quadro socioeconômico e político brasileiro? Somos a vanguarda da vanguarda, dominamos a ciência e tecnologia.”



é propositiva no sentido de formar uma consciência coletiva sintonizada com novas perspectivas, nacional e mundial. Temos o desafio de formar uma consciência coletiva para formar uma cultura pró, uma cultura de paz, apesar da violência dos conservadores. Devemos ser radicais no conteúdo e moderados no verbo, para ganhar adeptos e conquistar setores que nos hostilizam.

A ADUFPB, como representante da classe trabalhadora docente, tem responsabilidade na construção de uma consciência coletiva sintonizada com as perspectivas globais que as elites do Brasil desprezam, por estarem vinculadas à lógica da acumulação e de submissão dos povos pobres, originários, negros, mulheres e homossexuais, entre outros. Precisamos isolar, politicamente, as forças reacionárias e violentas, criando mecanismos que elevem a conscientização, de forma a instituir uma cultura ambientalista, antirracista e inclusiva, em todos os sentidos — enfim, uma cultura favorável ao mundo ambientalmente sustentável. Somos filhos do estupro deste continente! Frutos de um processo histórico classista e racista.

A derrota do governo conservador é

apenas um sinal do desmoronamento do seu império. Mas este não vai ruir por si só. Temos de continuar a derrubada e construir algo que o substitua, tarefa que leva de 30 a 40 anos. Mas é preciso iniciar a construção da nova ordem. E, neste sentido, o primeiro passo é aprendermos uma nova forma de comunicação com os jovens, aspecto em que estamos a anos luz, em relação à extrema direita. Somos conservadores no uso das mídias digitais. Sem saber usá-las a nosso favor, não há como disputar espaço com a direita fascista. É preciso que aprendamos a nos comunicar com a juventude e a fazer uso da cultura como ferramenta de aproximação, de comunicação e de conscientização das massas.

Precisamos desgastar e tensionar o interventor da UFPB perante a comunidade acadêmica, a sociedade, o governo Lula e o Ministério da Educação. As esquerdas não podem cochilar em relação ao Senado e à Câmara — que são, em grande parte, de extrema direita. A universidade tem de ser um antes e um depois da pandemia, um antes e um depois de Bolsonaro. A ADUFPB tem de construir formulações próprias em relação ao Andes e renovar os quadros dos sindicatos, que estão envelhecidos.

ADUFPB E O ENFRENTAMENTO DA INTERVENTORIA NA UFPB

EDSON FRANCO MORAES

Tesoureiro da ADUFPB

As dificuldades de relacionamento entre o interventor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a comunidade acadêmica — em especial, o sindicato dos docentes — se iniciaram antes mesmo da sua posse, ainda quando o seu nome constou na lista tríplice endereçada ao Ministério da Educação (MEC), sem que ele tivesse obtido nenhum voto nos Conselhos Superiores da universidade. Foi, como se sabe, um gesto desrespeitoso com a comunidade universitária, que escolheu, mediante consulta, a chapa representada pelas professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega para a direção da instituição.

As manobras do interventor para a figuração do seu nome na lista tríplice, mesmo sem ser votado, requereram articulação com deputados de direita, com o governo federal e com o poder judiciário, mediante apresentação de uma liminar que garantiu seu nome na lista apresentada aos Conselhos Superiores, para votação. A Procuradoria Jurídica, numa interpretação equivocada, enviou a lista com os nomes das chapas que participaram do pleito para votação nos Conselhos Universitários. As chapas, lideradas pela professora Terezinha Domiciano e pelo professor Isaac Medeiros, receberam votos para primeiro e segundo lugar, respectiva-

mente. O atual interventor obteve o score de zero voto. Mesmo assim, para surpresa da comunidade acadêmica, ele foi nomeado pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro.

A ADUFPB impetrou ação judicial interpedando sobre a condição de legalidade de figuração do nome do interventor na lista tríplice, sem que tenha sido votado pelos conselhos representantes da comunidade acadêmica. Outras ADs, cuja autonomia constitucionalmente garantida foi maculada por nomeação de interventores, pressionaram suas entidades de classe, inclusive o Andes, para se colocarem contra as intervenções e exigirem que fosse respeitado o processo de escolha democrática dos reitores. Após a nomeação, o interventor transformou a UFPB numa correia de transmissão das políticas emanadas do Poder Executivo, por meio dos seis ministros da Educação nomeados durante a última gestão. O primeiro embate da ADUFPB com o interventor foi em relação à implantação do programa Future-se, ainda na gestão da reitora Margareth Diniz, e que teve continuidade na gestão atual. O sindicato se posicionou contrário, acatando as mobilizações da comunidade universitária.

O governo anterior abriu uma guerra contra a classe trabalhadora — e uma arti-



“Precisamos continuar tensionando o interventor, que, por sua postura fascista, mostrou-se inadequado para representar a comunidade acadêmica da UFPB.”

lharia contra os sindicatos. Nesse sentido, o interventor se aproveitou de uma negociação ainda da gestão da ex-reitora e atribuiu uma dívida milionária à ADUFPB, ao DCE, ao SINTESP e à ASIP, redundando em processos extorsivos de cobrança, hoje instalados na Justiça Federal, e atropelando um processo de negociação anterior, aberto pelo Consuni, que se encontra parado até os dias de hoje.

A mesma lógica de dívida foi aplicada aos permissionários. Além disso, proibiu o uso de carros de som dentro da UFPB e passou a censurar o conteúdo das faixas expostas pelos sindicatos. Foram também registrados casos de abuso de poder, a exemplo das estudantes abordadas pelos seguranças por portarem material de propaganda eleitoral. Em relação aos cortes no orçamento da instituição, o interventor declarou à imprensa que eram cortes contingenciais, que não afetavam a universidade. Outra medida arbitrária foi o controle na entra-

da de reuniões dos conselhos, com o apoio do procurador Carlos Mangureira.

No auge da pandemia, o interventor tentou, durante todo o tempo, retornar as atividades presenciais, o que foi de encontro ao desejo da comunidade universitária. A ADUFPB instalou uma comissão de biossegurança, com a participação de docentes dos diversos centros, e capitaneou ações para barrar esse absurdo, logrando êxito e expandindo o prazo de ensino na modalidade remota, visando à preservação da vida da comunidade universitária. Finalmente, na campanha eleitoral para escolha do presidente da República, o interventor executou várias ações de cunho antidemocrático, ao impor censura política dentro dos nossos muros. Precisamos continuar tensionando o interventor, que, por sua postura fascista, desde a campanha para reitor, mostrou-se inadequado para representar a comunidade acadêmica da UFPB.

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

SAULO EMMANUEL VIEIRA MACIEL

Membro do Conselho de Representantes da ADUFPB (CCAIE – Litoral Norte)

Planejar é construir uma visão crítica da realidade, no intuito de tomar decisões e escolher alternativas para ações necessárias e adequadas à construção do futuro, segundo definição da Organização das Nações Unidas (ONU). São desafios do planejamento: aumentar a capacidade da organização; lidar com problemas complexos; fomentar políticas adequadas à diversidade; reduzir a fragmentação e a falta de coordenação das ações; conquistar a confiança dos usuários; aumentar a transparência; e ensejar mudanças organizacionais. O bom planejamento contempla mudanças conceituais que levam a mudanças técnicas, interpessoais e intrapessoais, em processos, atividades, pessoas e ações. São estratégias para o planejamento: aproveitar as oportunidades, minimizar as ameaças, realçar os pontos fortes e neutralizar os pontos fracos de uma organização.

A ADUFPB, organização ora focada no planejamento estratégico de 2023, é uma associação não pública gerida por servidores públicos, sem fins lucrativos. Acumula resiliência histórica e tem uma postura democrática, que propicia a construção de uma proposta de planejamento estratégico participativo para enfrentar os desafios atuais — entre os quais, o resgate da confiança dos docentes. Estamos preparados para





“Existem dois caminhos para se planejar: o tradicional e o estratégico participativo. Este último se fundamenta na transparência, na verdade e na gestão.”

avaliar antigos valores e mudar a cultura da ADUFPB? Sempre é possível otimizar dimensões como gestões de pessoal, financeira e executiva, além de considerar a pluralidade de perfis dos filiados a partir de indicadores como faixa etária, salário, interesses, condições de saúde etc.

No processo de planejamento, um levantamento histórico e uma avaliação da conjuntura são importantes, mas é necessária também uma avaliação interna da ADUFPB. Foi fundamental iniciarmos o Fórum com um levantamento histórico e com falas de ex-presidentes e de diretores, como também com uma análise da conjuntura política mundial, nacional e local, mas se faz necessária, ainda, uma avaliação da estrutura do sindicato. Quaisquer mudanças exigem fundamentação, intencionalidade, foco e ações

compatíveis, para que não se tornem ações amadoras. Existem dois caminhos para se planejar: o tradicional e o estratégico participativo. Este último se fundamenta na transparência, na verdade e na gestão.

O planejamento da ADUFPB comporta valores externos (governo, universidade, associados, fornecedores, Andes, sindicatos, outras associações, influenciadores e adversários) e internos (diretoria executiva, funcionários, assessorias jurídica, contábil e de comunicação, conselho de representantes e assembleia). Na execução do planejamento anual, cabe a cada diretoria realizar seu planejamento estratégico, com base nos problemas e nas alternativas para a sua resolução, à luz da identidade organizacional (missão, princípios e valores) e da análise ambiental (objetivos, estratégias e planos de ação).







ADUF PB

Seção Sindical do ANDES-SN

